## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO N.º /2017 (Do Sr. Hugo Leal)

Requer a realização de <u>Audiência Pública</u> para discutir o Projeto de Lei nº **3.372/2015**, do Deputado Fausto Pinato que "altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre veículos ciclomotores-leves e ciclomotores-leves elétricos".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de <u>Audiência Pública</u> para discutir o Projeto de Lei nº **3.372/2015**, do Deputado Fausto Pinato - que "altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre veículos ciclomotores-leves e ciclomotores-leves elétricos".

## JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Lei altera sensivelmente a forma como os ciclomotores são tratados na legislação brasileira, impactando no registro, licenciamento, habilitação e, inclusive na fabricação e distribuição desse tipo de veículo. A desregulamentação pode trazer impactos sérios para a segurança das pessoas, especialmente dos usuários desses veículos. O direito à vida é o mais importante princípio constitucional. Por essa razão, não podemos avançar na decisão sobre o assunto sem que se tenha a oportunidade de uma discussão qualificada.

Originalmente o CTB (Lei 9.503/1997) previa que os ciclomotores deveriam ser registrados e licenciados pelos Municípios, todavia esse procedimento nunca foi realizado, o que levou à inclusão desse serviço nas atribuições dos Departamentos estaduais de trânsito por meio da Lei 13.154/2015.

Pelo que se observa no presente Projeto de Lei, pretende-se retornar à situação anterior a essa alteração, impondo aos municípios uma responsabilidade que afetará sensivelmente sua estrutura administrativa. Por tais razões, necessitamos ouvir especialistas que nos auxiliem a tomar uma decisão que seja acertada no que se refere à segurança do trânsito e à proteção à vida.

Para tanto, sugiro que sejam convidados, ou seus representantes:

- 1 Renato Borges Dias Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal;
- **2** Jonas Donizette, Prefeito de Campinas-SP e Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos FNP;
- 3 Antônio Coelho Presidente da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito do Brasil – AGTBrasil;
  - 4 José Ismar Alves Torres Presidente da Seguradora Líder DPVAT;
- 5 Evaldo de Paula Santos Presidente da Associação Nacional dos Condutores de Ciclomotores do Brasil - ASCONCIBRA;
- 6 Alex Sandro Rodrigues Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Bicicletas Elétricas e Motorizadas – ANUBEM;
- 7 Luiz Otávio Maciel Miranda Membro do Fórum Global para a Segurança Viária (WP.1).

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2017.

Deputado Hugo Leal PSB/RJ